

O VALOR DE MERCADO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Sergei Soares

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

O ensino público é hoje uma realidade em quase todo o mundo. Ele é tanto um gasto público importante quanto uma transferência relevante para as famílias, e frequentemente se concentra nas famílias mais pobres. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), 80% dos países têm leis que exigem que o Estado proporcione oito ou mais anos de instrução pública e gratuita para as crianças que vivem no seu território. Todavia, essa instrução, gratuita para as famílias, não é gratuita para os Estados que a oferecem. Novamente segundo a Unesco, o gasto público com educação mediano para as nações situa-se próximo de 5% do produto interno bruto (PIB). Conclui-se que a educação pública e gratuita é um gasto público importante e uma transferência não monetária relevante para as famílias. É mister valorar adequadamente este gasto público.

Este texto compara três métodos para valorar este gasto e seu impacto distributivo: *i)* método do custo, segundo o qual o ensino público vale o que o Estado gasta para provê-lo; *ii)* valoração do ensino público, usando mercado de trabalho e os retornos à escolaridade como métrica; e *iii)* precificação de serviços educacionais privados, vinculado ao ensino público equivalente.

O método do custo é o mais simples e usual. Consiste em dividir o custo que o Estado incorre ao prover o ensino público entre as famílias com crianças matriculadas em cada rede pública, em proporção com o número de crianças matriculadas em cada domicílio. Pressupõe-se que a instrução dada a todas as crianças em uma mesma rede de ensino tem o mesmo valor.

O segundo é o método do mercado de trabalho. Sabe-se há muito tempo que cada nível educacional galgado leva a maiores rendimentos no mercado de trabalho. O método outorga a cada ano de estudo adicional o valor presente líquido (VPL) dos rendimentos esperados ao longo da vida dos indivíduos que completam este ano a mais nas suas trajetórias escolares. O ponto principal nesse método é outorgar a cada ano não apenas o VPL do ano adicional de ensino em tela, $s + 1$, como também

o valor de opção de continuar um ano a mais e ganhar os rendimentos do ano $s + 2$, que, por sua vez, contém embutidos o valor de opção do ano $s + 3$ e assim por diante. Ou seja, mede-se o valor do ensino de acordo com os rendimentos futuros que ele gera.

O terceiro método consiste em servir-se dos mercados educacionais privados para medir o quanto vale um ano de escolaridade adicional. Nesse caso, pareiam-se gastos educacionais privados pagos por alunos (ou seus pais), com serviços educacionais públicos equivalentes. Os critérios de equivalência são resultados de avaliações educacionais padronizadas. Ou seja, para cada aluno do ensino médio em uma escola pública, procura-se um aluno do ensino médio em escola privada cuja nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é a mesma e averigua-se quanto este paga por seu ensino, outorgando este mesmo valor ao aluno da rede pública. Esse método pressupõe que provas como o Enem são bons indicadores de qualidade educacional.

O resultado mais interessante é que os três métodos levam a resultados muito próximos um do outro. Que os métodos do custo e do mercado educacional privado levem a resultados semelhantes não deveria surpreender. As redes de ensino privadas sofrem forte influência das redes públicas, uma vez que usam muitos dos mesmos insumos – mormente professores. Já o valor outorgado ao ensino pelos rendimentos futuros no mercado de trabalho não tem essa relação e, com a taxa de desconto adequada, leva a um resultado próximo.

Igualmente, os três métodos levam a resultados distributivos *ex ante* próximos. Isso ocorre porque as crianças que usufruem do ensino público são as mesmas, qualquer que seja o método usado. Os resultados *ex post* variam um pouco mais e isso se deve ao reordenamento das pessoas quando se incluem rendas imputadas um pouco diferentes. A conclusão, portanto, é que o valor do ensino público no Brasil é algo que se aproxima de 6% da renda das famílias e que é bastante distributivo.